

Do jornal **Acto**, (1951/1952) publicaram-se dois números. O primeiro fascículo, com direcção de António Quadros e Orlando Vitorino, sai no dia 1 de Outubro de 1951. Reúne textos de António Quadros, Augusto Frederico Schmidt, José Blanc de Portugal, José Marinho, Lêdo Ivo, Luís Washington, Manuel dos Passos, Mário de Sá-Carneiro, Martins Correia, Orlando Vitorino, Ortega y Gasset, Raúl Leal, Sant'ana Dionísio e Teixeira de Pascoaes.

O segundo e último fascículo do **Acto**, publicado no dia 1 de Março de 1952, contém textos de Álvaro Ribeiro, António Quadros, Benedetto Croce, Cunha Leão, Delfim Santos, Hein Semke, Luís Washington, Orlando Vitorino, S.S. o Papa Pio XII, Raúl Leal e ainda ilustrações de Couto Viana e Martins Correia.

“Por demais sabemos que nunca o exemplo estrangeiro estimulou profundamente o surto das nossas virtualidades; e muito menos agora, quando a Europa tenta em vão equacionar o seu problema cultural, poderíamos confiar com carácter de exclusividade nos agentes das culturas estranhas que nas suas malas diplomáticas nos trazem os destroços de doutrinas refutadas.” (Do texto de apresentação)

ACTO

fascículos de cultura

número 1

A P R E S E N T A Ç Ã O

A denominação que elegemos para estes fascículos, foi colhida entre os termos de mais nobre tradição intelectual e de mais rico significado religioso, artístico e filosófico. Naturalmente nos encontramos, pois, com uma palavra que escolhida tem sido para a expressão de múltiplos sentidos, evocações e sugestões. E convictos do poder criador das palavras e das formas, que jámais são passivas e supérfluas, humildemente nos propusémos atribuir à denominação eleita aquele, dentre os seus mais simples significados, que melhor se coadunasse com a índole, humilde e necessariamente indirecta, mediata ou medianeira, que sempre cabe a publicações deste género.

Dest'arte, logo começámos por afastar os nobilíssimos sentidos teológicos ou metafísicos, provenientes da teoria de «potência e acto» e que assumem até à concepção do «acto puro», para nos limitarmos ao domínio em que a cultura se realiza mediante relação entre os homens e como resultado das apreensões do pensamento superior manifesto na contingência da temporalidade. O *acto* poderia ser, aqui, *acção*, se esta palavra nós não repudiássemos por ela implicar o alcance de certa finalidade formulada numa doutrina definitiva. Além disso, a *acção* solicita a *reação*, isto é, a luta contra as forças promotoras ou mantenedoras de actualidade, que realize alguma doutrina definitiva. Desse modo, iríamos cair em domínios fora da cultura e, para mais, naqueles que da cultura dependem, o que empobreceria a nossa ambição e o nosso intuito aliás repudia.

Acto não será, portanto, um jornal de acção, quer dizer, um jornal que pelo esforço de actualizar, de tornar acto, substitua o que a liberdade de todas as artes exprime com a solidariedade, com a simpatia e o amor da atitude aberta, amável e compreensiva. O *acto* definir-se-á, pois, como *atitude*, e vamos encontrar este sentido justificado pela linguagem das religiões. Assim o vimos também justificar perante os nossos leitores que, decerto nos permitem, e porventura aplaudem, a utilização profana e geral de uma linguagem esotérica, especialmente qualificada.

Com efeito, a *atitude* é o *acto de*, como quando, por exemplo, se diz, o acto de fé, o acto de esperança, o acto de caridade. Na linguagem do crente reside o modelo superior da expressão das almas, e por assim ser, que esse modelo nos permita a profanação que cometemos ao transpor para a cultura laica, as formas sagradas dos templos, e que possamos, portanto, asseverar que a nossa atitude é um acto de fé, de esperança e de caridade.

Acto de fé, sim, porque nos dirigimos ao encontro de todas as boas vontades, ao encontro do que nelas existe de verdadeiro e de livre; porque convictos do ideal de universalidade que o nosso povo encerra e da sua possível realização na nossa cultura; porque, sem o derrotismo que, suposto ou declarado, é entre nós tão corrente, ainda nos nacionalistas militantes, e que chega a negar todo o valor virtual e até manifesto do nosso povo, nosso pensamento e nossa cultura, sem, portanto, a estulta pretensão, tantas vezes repetida que parece constituir a obrigatória credencial para uma geração se apresentar, de virmos realizar enfim a obra definitiva por que a nossa cultura esperava — nós reconhecemos a perenidade de uma cultura autónoma que hoje tem, como sempre teve, seus representantes coevos merecedores do estudo que, neste ambiente saturado de historiografia e de

necrologia, quase exclusivamente se dedica aos medievos.

Acto de esperança, também, porque certos de poderem ser assegurados os valores que, patentes ou ocultos, nos são todavia próprios e não estão ainda destruídos pelas forças agentes de um abstracto, ou estrangeiro ideal de universalidade; porque nos importa mais o presente do que o passado e mais o futuro do que o presente, e, sobre todas as vicissitudes dos triunfos ou derrotas efémeras, colocamos a norma de um futurismo que obriga a preferir a cultura rica de virtualidades, susceptível de interpretações e fecunda de desenvolvimentos, à facilidade atraente, mas tumular, das culturas feitas.

Acto de caridade, finalmente, porque é compreensiva e amável a nossa atitude; porque as páginas deste jornal jámais acolherão a polémica que não atinge as idéias e ofende a pessoa, aquela polémica que, na ordem ética, se funda no ódio, e que, na ordem gnósica, estrutura o pensamento pela dialéctica condenatória de um dos dois termos da opposição que define e em que se encerra.

Não será esta publicação, como tantas que a história da nossa imprensa infelizmente regista, mais um veículo de influências unicamente estrangeiras que o dilettantismo dos literatos ou o pedantismo dos ensaístas pretendem justificar com as fórmulas gastas de que é necessário abrir janelas para admirar o espectáculo vistoso do que acontece lá fora.

Por demais sabemos que nunca o exemplo estrangeiro estimulou profundamente o surto das nossas virtualidades; e muito menos agora, quando a Europa tenta em vão equacionar o seu problema cultural, poderíamos confiar com carácter de exclusividade nos agentes das culturas estranhas que nas suas malas diplomáticas nos trazem os destroços de doutrinas refutadas.

Efectivamente, se em cerimoniais reuniões internacionais, onde a autenticidade de pensamento é sacrificada a intuítos mais ou menos pragmáticos, repercutem altisonantes expressões como *Civilização Oci-*

TEXTOS DE:

ANTÓNIO QUADROS
AUGUSTO FREDERICO SCHMIDT
JOSÉ BLANC DE PORTUGAL
JOSÉ MARINHO
LÉDO IVO
LUÍS WHASHINGTON
MANUEL DOS PASSOS
MÁRIO DE SÁ-CARNEIRO
MARTINS CORREIA
ORLANDO VITORINO
ORTEGA Y GASSET
RAÚL LEAL
SANT'ANA DIONÍSIO
TEIXEIRA DE PASCOAIS

ACTO

número 2

fascículos de cultura

O «ACTO» CONTRA AS POTÊNCIAS

É-NOS lícito afirmar que o aparecimento de ACTO suscitou e concentrou as atenções adormecidas dos vários sectores da nossa vida cultural o que, decerto, não conflui para mérito dos seus promotores mas se deve ao significado da colaboração solicitada e concedida de acordo com a corrente de pensamento que, na brevidade de expressão e na modéstia de possibilidades de um periódico, ACTO mais representa do que explicita, e que, apesar desses limites, de algum modo podemos dizer que foi despertada, ou melhor, que para ela se despertou a inteligência de um ambiente mais solicitado pela superficialidade dos interesses de pessoas e de grupos do que pela vida autónoma e operante das ideias. Cumpre-nos, efectivamente, afirmar que os colaboradores de ACTO não foram escolhidos entre um grupo de salão ou uma tertúlia de café, mas sim onde uma obra original e um pensamento autónomo, quer esquecidos quer notabilizados, revelavam um escritor consciente dos verdadeiros valores da nossa amortecida espiritualidade.

E desde já digamos, como no primeiro fascículo dissemos, que a publicação de ACTO não foi promovida por qualquer serodia pretensão de constituir um movimento literário nem teve em vista representar as qualidades expressivas e publicáveis de uma geração mais ou menos jovem, mais ou menos adulta. A sua finalidade consistiu apenas em reunir os escritores e os pensadores de comprovada originalidade — isolados como se acham em zonas cercadas pelas forças culturais descaracterizantes — de modo a permitir que, da sua reunião, se constitua e imponha, claro e evidente, aquele núcleo doutrinário que, sendo o mais representativo da mentalidade portuguesa, assim adquira as condições de promover a restauração actual dos valores universais do nosso pensamento.

Não representando, pois, uma geração cronologicamente determinada, ACTO poderá representar a geração mais nova se determinarmos a juventude das gerações pela actualidade da doutrina de que elas

são portadoras. Com efeito, mais do que pelo decénio em que nasceram os seus representantes, uma geração caracteriza-se pelo conteúdo doutrinário que expõe e defende; é neste sentido que da maior parte dos escritores se diz que pertencem a uma época anterior àquela em que nasceram, enquanto outros conseguem incluir-se sempre na geração mais nova, isto é, naquela cujo ideário não é do passado e é mais do futuro do que do presente. Pela doutrina que os seus diversos colaboradores de modos vários expuseram, ACTO pode já servir para indicar aquele conteúdo que vai presidir ao próximo desenvolvimento cultural.

Embora esse conteúdo seja necessariamente apreendido, em primeiro lugar, pela filosofia, na clara distinção entre filosofia e cultura a asserção anterior aparece mais facilmente compreensível, além de se poder mais rapidamente expor, através do exemplo que nos oferece a nova doutrina da poesia.

No primeiro quartel deste século, o *culto* da poesia, que o prolongado ultrarromantismo havia transformado numa caricatura das formas poéticas, entrou em crise denunciada pelos doutrinadores reunidos na revista «Orfeu». A denúncia da crise correspondeu um esteticismo que,

programaticamente, foi obrigado a negar a relação entre o género poético e forma poética e, num último extremo, a mesma realidade do género poético confundido com um tecnicismo impeditivo da inspiração transcendente. Até aos nossos dias tem sido esta a doutrina estética dominante, mas é evidente que ela hoje esgotou já a sua «mensagem» pois está definitivamente abolida a subordinação, mediante a técnica, do género poético à forma poética. Deste modo, o movimento do «Orfeu», e todos os que o vieram depois imitar nas intenções pretensamente libertadoras, enfileiram agora nas preocupações saudosistas de alguns dos seus sobreviventes ou na reflexão construtiva dos juizes e historiadores. Apesar de ainda haver, entre os mais novos estudantes universitários, alguma admiração pelos representantes desse movimento, tal anacronismo próprio da mentalidade juvenil não contesta a afirmação segura de que ele já passou à história. Linguística e estilisticamente, as produções literárias dos corifeus destes grupos suportam ainda o decalque em alguns poetas líricos sem inspiração; mas poeticamente elas já não oferecem um conteúdo susceptível de novos desenvolvimentos nem possuem um potencial de emoções ainda sugestivo. Filosoficamente, este esteticismo nunca ofereceu qualquer virtualidade, como o mostra a tentativa frustrada de formular uma «estética não-aristotélica» em que se equivocou tão poderoso talento filosófico como era o de Fernando Pessoa, de Fernando Pessoa que tão *naturalmente* explicitou o aristotelismo romântico da estética da Renascença Portuguesa.

Significativo é que tenha sido um escritor romântico quem retomou em nossos dias a tarefa de traduzir a «Poética» de Aristóteles. Esta reminiscência do nosso aristotelismo ainda encontra um obstáculo na edição quase simultânea da «Metafísica»; é esta uma obra que pode induzir em erro o leitor que desatencie a importância de Aristóteles nunca ter pensado uma metafísica. Também uma edição do «Organon»

TEXTOS DE:

ÁLVARO RIBEIRO
ANTÓNIO QUADROS
BENEDETTO CROCE
CUNHA LEÃO
DELFIN SANTOS
HEIN SEMKE
LUÍS WHASHINGTON
ORLANDO VITORINO
S. S. O PAPA PIO XII
RAÚL LEAL

ILUSTRAÇÕES DE:

COUTO VIANA
MARTINS CORREIA